

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : CECILIA SOUZA DAROS
AGRAVANTE : HELENA SANTOS DE ALMEIDA CRUZ
AGRAVANTE : JUCEMAR MACIEL
AGRAVANTE : MARIA SANTA DOS REIS
ADVOGADOS : MARIO MARCONDES NASCIMENTO - SC007701
LUIZ CARLOS SILVA E OUTRO(S) - SP168472
AGRAVADO : LIBERTY SEGUROS S/A
ADVOGADOS : THAIS DE CASSIA RUMSTAIN - SP301205
FERNANDO LUCCHESI - SC024432
MARCIO ALEXANDRE Malfatti e OUTRO(S) -
SC031041
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos, revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.
2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

